RAPIDIM 11 – Fórum Nacional DCA

ANO 4 - Nº 11 - 03 de dezembro de 2004

EDITORIAL

A última semana foi marcada por um acontecimento importante para as entidades que promovem os direitos da criança e do adolescente. As recomendações do Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas foram apresentadas ao Congresso Nacional, durante reunião da Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança e do Adolescente. É sem dúvida alguma um marco histórico. Essa experiência deve ser repetida nas esferas estaduais e municipais. Só assim novos atores serão sensibilizados para a questão.

Na próxima semana também teremos uma agenda especial. O Conanda realizará sua última assembléia do ano, com uma pauta cheia e especial. Basta dizer que o encontro será encerrado com a posse dos novos representantes da sociedade civil no conselho (14 titulares e 14 suplentes).

Nesta edição também informamos sobre a publicação de edital para contratação de nova secretária executiva para o Fórum Nacional e pedimos a paciência de todos os parceiros durante o período em que o cargo estiver vago.

Especialistas da ONU recomendam prioridade máxima para impedir assassinato de crianças

As recomendações do Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas, formuladas depois que o governo brasileiro encaminhou, em setembro último, o primeiro relatório sobre a aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) foram apresentadas na última quarta-feira (1°), em reunião da Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança e do Adolescente. Entre as recomendações, está a de que o Brasil "considere matéria de prioridade máxima todas as medidas necessárias para impedir o assassinato de crianças, investigar plenamente cada caso dessas sérias violações dos direitos da criança, trazer os perpetradores para a justiça e prover a família das vítimas com apoio e compensação adequados". O Secretário do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Vicente Falqueto, participou do encontro.

Em documento de outubro passado, o Comitê observa que "dramáticas desigualdades baseadas em raça, classe social, gênero e localidade geográfica" dificultam o progresso para a realização plena dos direitos consagrados na convenção. E recomenda que o Estado aumente a alocação orçamentária para assegurar a implementação dos direitos das crianças; inclua no próximo relatório informações sobre o número de casos de tortura ou tratamento desumano ou degradante de crianças e o número de autores desses atos sentenciados pelos tribunais; fortaleça o monitoramento do sistema de adoção de crianças; investigue os casos de exploração sexual e implemente as regras sobre a Justiça Juvenil, incluindo as medidas sócio-educativas em todo o país, entre outras sugestões.

Durante a reunião, a coordenadora da Frente Parlamentar no Senado, senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), informou que os líderes partidários já se se comprometeram a aprovar propostas legislativas elaboradas pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Exploração Sexual. Patrícia informou ainda que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou emenda ao orçamento destinando R$ 52 milhões ao Programa Sentinela, de proteção às vítimas da exploração sexual, para o atendimento a mais 450 municípios (hoje, são beneficiados 315). Já a coordenadora na Câmara, deputada Maria do Rosário (PT-RS), anunciou que foi aprovado na Comissão de Educação da Casa um projeto que retira do Código Civil a permissão para castigos moderados contra a criança.

Integrante do Comitê, a jornalista paraguaia Rosa Maria Ortíz disse que a Convenção é um instrumento internacional obrigatório e não negociável, ratificado por todos os países do mundo, exceto os Estados Unidos. Também do comitê, o médico argentino Norberto Liwski, elogiou a autocrítica das autoridades brasileiras e a legislação do país e destacou que o crime organizado transnacional "é uma agenda de muitíssima prioridade para proteger crianças e adolescentes".

Coordenador da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced), parceira da Frente na realização do encontro, Renato Roseno destacou o caráter histórico da reunião e relacionou os pontos do relatório produzido pela sociedade civil: direito à

sobrevivência, má qualidade da educação, homicídios e violência e adolescentes em conflito com a lei, que qualificou de pungentes e urgentes. Já Ricardo Sousa, da organização não-governamental sueca "Save the Children", também parceira da Frente, destacou a responsabilidade do governo e da sociedade civil de responderem às recomendações do Comitê.

Vicente Falqueto disse que o relatório da sociedade civil indica, por exemplo, que até 2002 um milhão de crianças de 7 a 14 anos estavam fora da escola. A representante do Unicef no Brasil, Marie-Pierre Poirier, afirmou que a questão da violência nas escolas, nas famílias e nas instituições penais precisa ser tratada imediatamente. E o vice-presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Fernando Silva, sugeriu que haja uma articulação para que os municípios, que em 2005 definirão seus planos plurianuais, assegurem prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

Informações:

Liseane Morosini (21) 9606 1306 - morosini@iis.com.br

Fórum Nacional DCA lança edital para contratação de nova secretária executiva

O Fórum Nacional DCA divulga no início da próxima semana edital público para contratação de nova secretária executiva para a entidade. O edital trará os pré-requisitos e o perfil pretendido para o preenchimento da vaga. Currículos de interessadas ou interessados serão recebidos **somente por e-mail** (forumdca@forumdca.org.br ou comunicacao@forumdca.org.br) até o dia 20 de dezembro.

O Secretariado Nacional do Fórum realizará entrevistas com os pré-selecionados em janeiro e a contratação deverá acontecer a partir de fevereiro.

O cargo ficou vago esta semana com a saída da assistente social Maria de Fátima Schaeffer, que exerceu a função por um ano e meio. Fátima se dedicará agora ao seu projeto de doutorado.

Contamos com a compreensão de todos durante o período em que o cargo estiver vago. Os contatos com o escritório do Fórum poderão estar um pouco prejudicados nesta fase. Dê preferência para os contatos via e-mail ou no horário matutino.

O escritório do Fórum Nacional DCA entrará de recesso no dia 20 de dezembro e só retomará suas atividades a partir de 1º de fevereiro.

Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais

A nova Coordenação Estadual da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais foi eleita durante Assembléia Geral realizada no último dia 19. As oito entidades escolhidas para o mandato 2005/2006 terão a função de apoiar e articular as 40 entidades afiliadas e os cinco fóruns DCA regionais em todo o estado de Minas.

A Assembléia contou com a presença do sociólogo Ruddá Ricci que falou sobre as características dos movimentos sociais e os desafios a serem enfrentados com a atual conjuntura política do país. A Secretária Adjunta do Fórum Nacional DCA, Maria de Lourdes Rodrigues, realizou no evento uma reflexão sobre o papel dos fóruns de direitos da criança e do adolescente e a importância da articulação destas entidades com o Fórum Nacional.

Representantes da Frente de Defesa Estadual visitaram os três fóruns regionais no mês de outubro e, durante a Assembléia, apresentaram o resultado dessas visitas, além de uma avaliação das ações da Frente em 2004.

Coordenação eleita para mandato 2005/2006: Acontemg (Associação dos Conselheiros Tutelares de Minas Gerais), Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, CNBB Pastoral do Menor Regional Leste II, Focon Leste Mineiro (Fórum de Organização e Conselhos de Defesa DCA), Fundação Fé e

Alegria, Inspetoria São João Bosco, Instituto Telemig Celular e Sintibref (Sindicato dos Trabalhadores em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas de Minas Gerais).

Informações:

Ângela Evangelista - Secretária Executiva FDDCA-MG - (31) 3273-8556 frentemg@ig.com.br

Rede ANDI analisa cobertura jornalística de temas relacionados à infância e adolescência

As Agências Oficina de Imagens (MG) e Ciranda (PR) publicaram, entre os meses de novembro e dezembro, a edição de 2004 das pesquisas "A Criança e o Adolescente na Mídia". Produzidas em parceria com a Rede ANDI Brasil, as pesquisas são análises qualitativas e quantitativas sobre a cobertura jornalística dos principais jornais (capital e interior) de cada estado representado na Rede, em torno de assuntos considerados relevantes para a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Elaboradas a partir do monitoramento de matérias publicadas nos jornais impressos ao longo do ano de 2003, as análises contêm um capítulo especial sobre como a mídia trata a questão das Políticas Públicas voltadas para o Desenvolvimento Humano. Além disso, salientam aspectos da cobertura jornalística de temas fundamentais para a promoção e defesa dos direitos infanto-juvenis, como Educação, Violência, Exploração e Abuso Sexual, dentre outros.

O lançamento da pesquisa da Ciranda aconteceu no dia 2 de dezembro, no espaço Era Só o Que Faltava, em Curitiba. Já a publicação da Oficina de Imagens será divulgada diretamente nas redações dos jornais da capital e do interior de Minas Gerais. As demais pesquisas da Rede ANDI, produzidas pelas agências Uga-Uga (AM), Cipó (BA), Auçuba (PE), TerrAmar (RN) e Girassolidário (MS), foram publicadas entre os meses de junho e outubro deste ano.

A Rede ANDI Brasil é um projeto apoiado pela Fundação Avina, Fundação W. K. Kellogg, Unicef, Save the Children Suécia e Comunidade Européia.

Informações:

(61) 2102-6508 - redeandi@andi.org.br

CURTAS

Situação mundial da infância - Na próxima quinta-feira (9) será lançada no Brasil e em mais de 60 países a edição de 2005 do relatório do UNICEF "Situação Mundial da Infância". O relatório deste ano chama a atenção do mundo para o fato de que a pobreza, os conflitos armados e o HIV/Aids ameaçam o ideal de infância e adolescência e privam meninas e meninos de um período de crescimento saudável, desenvolvimento, carinho e experimentação. Os direitos de 1 bilhão de crianças são violados diariamente por causa da ausência de serviços básicos que garantam que elas sobrevivam, cresçam e se desenvolvam. O relatório traz um ranking dos países, segundo a taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos. O Brasil é citado no relatório pelas políticas de enfrentamento à pobreza e ao trabalho infantil e por seu programa de Aids.

"Causos do ECA" - O 1º Concurso "Causos do ECA" pretende estimular a sociedade a contar histórias de vidas que tenham sido transformadas pela aplicação das diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente. O prêmio foi lançado pela Fundação Telefônica e pela ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância) no aniversário de um ano do Portal RISolidaria (www.risolidaria.org.br). Os finalistas terão suas histórias publicadas em livro e o vencedor ganhará um computador. O "causo" deve ter entre 2.800 e 6.000 caracteres e ser escrito em forma de prosa (veja o regulamento no site). As inscrições podem ser feitas até o dia 25 de março de 2005. Os interessados devem enviar as fichas de inscrição preenchidas (disponíveis no portal) e histórias para o Portal RISolidária (Caixa postal 61600, CEP 05424-970, São Paulo, SP) ou via Internet, no próprio portal. Adolescentes com menos de 18 anos também podem participar do concurso, desde que enviem, juntamente com o restante do material, a autorização dos pais ou responsáveis por escrito.

PROGRAME-SE

✓ **07/12/04 - Reunião do Secretariado do Fórum Nacional DCA com representantes da sociedade civil no Conanda** - 19h30 - Pontifícias Obras Missionárias (POM) - Informações: (61) 322-6444.

✓ **07, 08 e 09/12/04 - Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda)** - Informações: (61) 429-3535 / 225-2327.

✓ **08/12/04** - Audiência Pública para discutir a situação do Centro de Atendimento Juvenil Especializado (Caje) do DF - 9h às 12h - Centro de Treinamento do Banco Central - Setor de Clubes Esportivos Sul, trecho 2, lote 1 A e 1 B - Informações: (61) 225-2327.

✓ **09/12/2004 - Entrega do Prêmio Direitos Humanos 2004** - 9h - Palácio do Planalto.

✓ **09/12/2004 - Posse dos novos representantes da sociedade civil no Conanda** (14 titulares e 14 suplentes) - Gestão biênio 2005/2006 - 15h - Sala dos Retratos do Ed. Sede do Ministério da Justiça, 4º andar - Informações: (61) 429-3535 / 225-2327.

✓ **09 a 11/12/04 - Assembléia Estadual do Fórum DCA da Paraíba -** João Pessoa/PB.

EM DESTAQUE

Conheça um pouco mais sobre as entidades que compõem o Fórum Nacional DCA.

Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente

A Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente é uma organização sem fins lucrativos, de Utilidade Pública Federal, com a missão de defender os direitos e promover o exercício da cidadania de crianças e adolescentes. A Fundação beneficia atualmente cerca de 1 milhão de crianças e adolescentes.

Sua gênese remete a um grupo de empresários do setor de brinquedos indignados com a dramática situação da infância brasileira no final dos anos 80. Sensibilizados com fatos alarmantes divulgados diariamente pela imprensa naquela época, tais como o de que o país registrava 350 mil óbitos anuais de crianças com menos de 5 anos de idade, esses empresários iniciaram um movimento que buscava uma grande parceria com diversos setores

Empresariais do país, com o propósito de mudar esta realidade.

Fruto desta mobilização, em 1990, mesmo ano da promulgação do Estatuto Da Criança e do Adolescente, nasceu a Fundação Abrinq.

Para realizar sua missão, a Fundação Abrinq atua no sentido de:

- Mobilizar e articular a sociedade e o poder público para transformar a criança e o adolescente em prioridade absoluta na agenda nacional;
- Promover, dar visibilidade, avaliar e sistematizar ações bem-sucedidas para disseminá-las junto ao poder público e sociedade civil;
- Influenciar políticas públicas para criar condições para que ações bem-sucedidas sejam disseminadas junto ao poder público e à sociedade civil;
- Influenciar políticas públicas para aperfeiçoamento contínuo da legislação de garantia de direitos e da implementação do Sistema de Garantia de Direitos.

As estratégias adotadas para chegar a estes objetivos são:

- Desenvolver e difundir soluções para os principais problemas da infância, por meio da operação de 14 programas e projetos voltados a um ou mais direitos, tais como educação, saúde, profissionalização, prevenção e erradicação do trabalho infantil e convivência familiar e comunitária.

- Desenvolver ações de comunicação, representação institucional e articulação política pró-causa. Com isso, a organização garante visibilidade a questões importantes, promove debates públicos, mobiliza e engaja a sociedade ou alguns de seus setores, pressiona o poder para mudança em políticas públicas, realiza alianças estratégicas, etc.

EXPEDIENTE

O Fórum Nacional DCA é um espaço democrático da sociedade civil e tem por missão garantir a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes, por meio da proposição, articulação e monitoramento das políticas públicas e da mobilização social, para construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) é parceiro desta iniciativa.

O *Rapidim* conta com o apoio da ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância.

Secretariado Nacional

Vicente Falqueto - Secretário Nacional (UBEE - União Brasileira de Educação e Ensino - Marista), Maria de Lourdes Rodrigues - Secretária Adjunta (Fundação ABRINQ pelos Direitos das Crianças), Maria Natércia Learth Cunha - Secretária de Finanças (CFP - Conselho Federal de Psicologia), Tiana Sento-Sé - Secretária de Articulação (IBISS - Instituto Brasileiro de Inovações Sociais).

Suplência

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Conselho Fiscal

Amencar/RS, Inesc e Pastoral do Menor. Suplentes: CGT e Cecria.

Secretaria Executiva Fórum Nacional DCA

SAS Quadra 05 - Bloco N - Lote 01 - sala 218 - 70.070-913 - (61) 323-6992 ou 322-6444 - Luís Cláudio Alves (assessor de comunicação) - forumdca@forumdca.org.br - comunicação@forumdca.org.br - www.forumdca.org.br.

Cordialmente,

Luís Cláudio Alves
Assessor de Comunicação
(61) 323-6992 / 9982-8367